

O Pensamento Filosófico de Basílio Teles

António Braz Teixeira
Universidade Lusófona / Lisboa

1. Tal como acontecera com Sampaio Bruno (1857-1915), também para o seu coetâneo e companheiro de ideal republicano Basílio Teles (1856-1923) o problema do mal será o ponto de partida do filosofar.

Enquanto, porém, o autor de *O Encoberto*, em oposição ao mestre comum Amorim Viana e ao seu optimismo de cariz leibniziano, tenta conciliar a ideia da divindade e a existência do mal através da noção misteriosa de “queda em Deus” e de um emanatismo cisivo e descendente que um final e profético paracletismo redime e coroa, Basílio Teles, referindo dialecticamente o seu pensamento ao idealismo ético de Antero, nega que o Universo evolua “para um fim superior de beleza moral, de santidade”¹, pois tanto a realidade do mal como o carácter incognoscível da ideia de transcendência se lhe afiguram argumentos inelutáveis a favor de uma solução de sinal atesta.

Estas duas ordens de razões nas quais se funda a negação da divindade decorrem das duas instâncias em que se desenvolve o pensamento de Basílio Teles: uma *metafísica do mal*, que, delineada embora *in mente* durante largos anos, como primeira parte de uma obra filosófica², quedará, no entanto, praticamente por realizar, dela nos ficando apenas um sintético mas significativo esboço no estudo que acompanhou a tradução em verso do *Livro de Job*; e uma *teoria da ciência*,

¹ *O Livro de Job*, Porto, 1912, p. 184; cfr. pp. 206-207.

² *Idem*, p. VIII.

de que deriva o monismo dinâmico que constitui o núcleo do seu pensamento, de índole decididamente cosmológica.

Defrontando-se com uma problemática idêntica à que motivara a obra capital do seu admirado Amorim Viana, de cujo influxo os seus escritos patenteiam abundantes sinais, se bem que o nome do autor da *Defesa do Racionalismo* não ocorra nos trabalhos deste polígrafo avesso a citações e muito parco em referências bibliográficas³, Basílio Teles irá, todavia, considerar as relações entre ciência e religião, razão e fé, de uma perspectiva diversa e aportar a conclusões quase antagónicas das do filósofo-matemático.

Esta problemática, que, de vários modos, interessou os mais significativos pensadores portugueses da segunda metade do séc. XIX, impõe-se a Basílio Teles não tanto em resultado de deliberada opção face ao que se lhe afigurava mais importante na situação espiritual do tempo em que lhe foi dado viver e filosofar, como teria sido o caso paradigmático de Amorim Viana, mas, de forma mais decisiva, como imperiosa exigência de uma profunda vivência pessoal.

Perdida, com o despertar da inteligência crítica, a fé católica na qual fora educado “pela mais terna e mais sinceramente piedosa das mães”, cuja lembrança em comovidos termos evoca⁴, o pensador conservará desde então “um duplo sentimento absolutamente rebelde aos brutais desmentidos dos factos, e à mais acerada e subtil das análises: a admiração profunda pela natureza e a simpatia involuntária pelos homens”.

³ Esta característica da obra de Basílio Teles foi já atribuída ao facto de haver ele sido homem de poucas se bem que profundas leituras (v. Amorim de Carvalho, *Deus e o Homem na Poesia e na Filosofia*, Porto, s/d., p. 165, Luís Salgado de Matos, “Basílio Teles”, *O Tempo e o Modo*, nº 36, Março de 1966).

Que foi leitor atento e profundo, revela-o claramente a sua obra. Agora que haja sido leitor de *poucos livros*, afigura-se ousado afirmá-lo sem um conhecimento, hoje, infelizmente, decerto impossível, do que foi a sua biblioteca e das notas que tenha tomado ao longo da vida, tanto mais que a sua obra filosófica, política, económica ou de interpretação histórica, se de todo alheia ao gosto tão lusitano da erudição, denota uma cultura sólida e reflectida e uma informação vasta e segura, embora nem sempre muito actualizada, como acontece, p.e., com a sua atitude face à concepção atomista (*Prometeu Agrilhoado*, Porto, 1914, pp. 368 e 372 e *A Ciência e o Atomismo*, Lisboa, s/d. (1921 ou 1922?), p. 159), que parece revelar insuficiente conhecimento dos progressos então já registados no domínio da física atómica ou o desconhecimento, que igualmente parece ter, do pensamento de Bergson e da teoria da relatividade, quando, ao discutir a noção de tempo (*La Notion de Temps*, nos “Anais Científicos da Academia Politécnica do Porto”, vols. VII (1912) e XIV (1921), se reporta ainda e apenas às teses de Poincaré numa altura em que, no Porto, Leonardo Coimbra referira e comentara, mais de uma vez, as ideias do filósofo francês e a teoria de Einstein.

David Lopes Gagean e Manuel da Costa Leite admitem, no entanto, que os dois artigos de Basílio Teles sobre a noção de tempo possam ter sido influenciados pelas duas primeiras obras de Bergson. “No Limiar da Relatividade: a Noção de Tempo em Basílio Teles”, *Análise*, nº 11, 1989.

⁴ *O Livro de Job*, p. 177.

Se no primeiro destes sentimentos radica, decerto, a sua constante preocupação com o enigma do Universo e o pendor marcadamente cosmológico do seu pensamento, do segundo, que o arrasta, espontânea e irresistivelmente, para o lado dos perseguidos e dos que sofrem⁵, deriva o seu interesse pelas questões económico-sociais e o seu activo empenhamento político, a intervenção na propaganda republicana e na própria tentativa revolucionária mal sucedida do 31 de Janeiro, que lhe mereceu uma das suas obras mais notáveis de doutrinação política e de lúcida interpretação histórica⁶.

É, igualmente, neste sentimento de simpatia inconsciente mas incoercível pelos humanos que se filia a sua obsidante busca de uma explicação para a realidade do mal na natureza e no homem, explicação que, todavia, não logrou alcançar, tendo-lhe ele sempre aparecido com algo de "incompreensível, derrogação desconcertante à coerência harmoniosa que a intuição e a razão humanas se obstinaram sempre em atribuir à natureza"⁷. Com efeito, nenhuma filosofia ou religião lhe apresentou razões que o convencessem da função e necessidade do mal, quer procurassem explicá-lo pela selecção e luta pela vida, quer tentassem justificá-lo em nome da necessidade moral do sofrimento⁸.

Mas se o mal é incompreensível na sua existência, se parece comprometer, irremediavelmente, a coerente harmonia que preside ao Universo, se é chocante injustiça que alguém expie alheias culpas e sofra indefeso e sem motivo a maldade humana, como conciliar, então, a realidade irrefragável do mal com a existência, afirmada pelas religiões e pelas filosofias, de um Deus transcendente, onisciente e onipotente, justo e bom, todo piedade e misericórdia?

A resposta do filósofo é a da solidão trágica do ateísmo: esse ser não pode existir, pois, a existir, e tendo previsto tudo e tudo determinado, ao não haver impedido o mal e a injustiça e ao permitir o sofrimento dos inocentes, seria um Deus iníquo, cruel e imoral, que podendo assegurar aos homens o bem estar e a paz, os abandonou a um destino de infelicidade e dor.

Recusando, assim, tanto as concepções que atribuem ao mal causa puramente humana e ilusória realidade, deste modo salvaguardando a existência e a onipotência divinas (Silvestre Pinheiro Ferreira, Amorim Viana, Cunha Seixas), como a ideia de que Deus, actualmente ferido no seu poder absoluto, também por

⁵ *Idem*, p. 179.

⁶ *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de História Política*, Porto, 1905 (2ª ed. como vol. I das *Obras de Basílio Teles*, Portugália Editora, Lisboa, 1968).

⁷ *O Livro de Job*, p. IX.

⁸ *Idem*, pp. 180-181.

ele foi afectado (Sampaio Bruno), como ainda o optimismo ético de Antero, para quem “o drama do ser termina na libertação final pelo bem”, o solitário pensador repudiará qualquer teleologia e proclamará, corajosamente, a sua conclusão ateuista, afirmando que, “o Universo não evolve para um destino ético (...), para um fim superior de beleza moral, de santidade”.

2. Para além deste argumento ético, retirado do que considerava a impossibilidade de coexistência entre um Deus transcendente e a realidade do mal, Basílio Teles procura reforçar, com razões de natureza gnosiológica, a tese que defende sobre o problema crucial.

Em consonância com as concepções vigentes ao tempo, a teoria do conhecimento que enforma o pensamento de Basílio Teles é, em larga medida, tributária do modelo das ciências físico-naturais.

O pensador não se confina, porém, dentro dos acanhados limites e do simplismo sensista da escola positivista⁹, revelando clara consciência do papel criador do espírito em toda a relação cognitiva.

Se atende a que é pela sensação que o mundo fenomenal se nos revela, não esquece, no entanto, que são os princípios e as ideias que dão unidade, coerência e sentido ao que as sensações nos comunicam, estabelecendo relações lógicas entre os factos e construindo a partir delas uma representação puramente intelectual e subjectiva do Universo¹⁰.

Embora tocado pelo sentido do enigma, que, contudo, tendia a reduzir ao plano cósmico-natural, e consciente dos limites do conhecimento humano, incapaz de abarcar toda a complexidade fenoménica do Universo, cuja unidade e plural riqueza só nos é acessível através de esquemas inevitavelmente incompletos e imperfeitos e forçosamente simplificadores, o pensamento de Basílio Teles obstinar-se-á na recusa de qualquer substancialismo e identificará o existente com o inteligível e o cognoscível, afirmando que nada existe para além do que é susceptível de ser entendido pela inteligência humana.

Deste como que *positivismo idealista* decorrerá, para o pensador, a ideia de que é inadmissível tudo o que se pretende simultaneamente real e incompreensível, seja o milagre seja o mistério ou a ideia de um Deus transcendente e criador do mundo, e negando, conseqüentemente, toda e qualquer metafísica.

⁹ Recorde-se que Basílio Teles foi colaborador da revista *O Positivismo*, primeiro órgão do movimento positivista português.

¹⁰ *A Questão Religiosa*, Porto, 1913, pp. 32 e segts; *Prometeu Agrilhoado* pp. 131, 158 e 320; *Acquaviva*, Porto, 1917, p. 59.

De igual modo, se apenas o inteligível é real, a ciência confinar-se-á ao domínio da indução e do empirismo, enquanto à filosofia caberá a função racional e dedutiva, construtora dos conceitos que possibilitarão a imagem sintética, coerente e harmónica do Universo que é o fim de todo o conhecimento¹¹.

É patente, porém, a petição de princípio de que enferma um pensamento deste tipo: reconhecer o carácter relativo do conhecimento humano e admitir que o seu saber acerca do Universo não o apreende em sua integral realidade e postular, depois, a redução do ser ao ser fenomenal inteligível ou cognoscível implica uma abusiva e artificiosa transposição ontológica, que nada garante, pois que, no puro plano lógico, não é possível afirmar ou negar a existência seja do que for.

Ao deduzir da existência do mal ou da inteligibilidade do Universo a inexistência de Deus, Basílio Teles comete o erro de que enferma todo o argumento ontológico (poderá até dizer-se que o seu é como que um argumento ontológico “às avessas”): saltar do plano puramente racional e cognitivo, que é o das *ideias*, para o plano do ser ou da *realidade*.

Por outro lado, é arbitrário e incoerente reduzir o existente ao ser inteligível ou cognoscível, quando previamente se afirmou o relativismo do conhecimento humano e se admitiu que ele não esgota o real e apenas dele apreende o seu ser-para-nós e não a sua integral realidade, o que pareceria dever levar à conclusão de que, para além do ser inteligível, algo existe ou pode existir.

Cabe ainda notar que a noção de inteligibilidade do Universo, se pode ser válido pressuposto metódico da teoria da ciência e da actividade científica, não deixa, por isso, de ser uma hipótese tão metafísica como a metafísica que Basílio Teles recusa, do mesmo modo que é também puramente metafísica a sua ideia de que o Universo é incriado e imperecível e constitui a integral realidade, nada havendo que lhe seja exterior e transcendente.

Sobre este ponto, será oportuno aproximar a noção de “incognoscível” em Basílio Teles da noção de “incompreensível” no pensamento de Amorim Viana e confrontar a posição assumida pelo primeiro, ao recusar o ser ao que se apresenta como incognoscível pela via científico-racional com a concepção mais ampla do seu mestre, que para além do domínio da razão, admite a funda realidade do irracional ou irracionalizável do sentimento moral e o ilimitado e incognoscível mundo das verdades que transcendem a capacidade da inteligência humana, sem todavia, a contrariarem.

¹¹ *Prometeu*, pp. 224e 327-329; *A Questão Religiosa*, pp. 43-46.

Se bem que hajam partido ambos de um relativismo gnosiológico e da ideia de que a razão é essencialmente dinâmica e activa na sua função criadora de ideias e de descoberta de novas relações, o conceito de razão sofre, de Amorim Viana para Basílio Teles, um empobrecimento qualitativo, pela sua redução aos quadros restritos do modelo científico-natural, ao mesmo tempo que da recusa de outras realidades ou outras vias de acesso ao real que caracteriza o pensamento do segundo vem a resultar uma ontognosiologia de sinal muito diverso da do autor da *Defesa do racionalismo*, bem como muito diversas conclusões quanto ao essencial problema de Deus, à existência do mal e à origem e destino do Universo e do homem.

O próprio Basílio Teles, apesar do tom sereno e sobriamente afirmativo dos seus escritos, parece, por vezes, hesitar ou interrogar-se sobre o valor e sentido da orientação do seu pensar. Assim, não só na sua obra de intenção especulativa ocorrem, com certa frequência, expressões como “enigma do mundo”, “segredo íntimo das coisas”, “pensamento recôndito do ser”, que parecem apontar para um sentido mais velado e complexo da verdade, para uma encoberta teleologia, para uma ontologia que transcende a mera fenomenalidade ou para uma concepção virtualmente panteísta, como chega até, por vezes, a pôr interrogativamente em dúvida a sua cosmovisão cienticista, imanentista e não finalista, como no belo trecho seguinte:

“Quem sabe se a violenta explosão de orgulho ferido e de torturada piedade, posta na boca de um *declassé* tuberculoso pelo génio do epiléptico moscovita, não contém infinitamente mais sabedoria do que a massa inteira dos teoremas da Mecânica e dos grandiosos descobrimentos da Física? Se, de facto, o doce plebeu crucificado não vale mais, ele só, do que toda a Natureza, com todas as suas leis e enormidade? Se, porventura, o monstruoso Universo não foi efectivamente criado senão na intenção exclusiva, com o objectivo absorvente e único de gerar das suas entranhas poderosas, de extrair do seu bojo tenebroso e formidável esse ente sublime e frágil, essa delicada e maravilhosa criatura (...)?”

Quem sabe, ao cabo de tanta investigação e sondagem, de tanto esquecer e demolir, de tanto repudiar sistemático e de tanto exprobar e maldizer – não teremos de erguer outra vez do chão, e de acalantar ao peito arrependido, o fantasma derrubado e calçado? De beijar de novo a imperecível quimera, abandonada para trás, inane e meio extinta, num ângulo da imensa estrada, outrora rumorosa, trepidante, varrida a jorros de luz, hoje silenciosa e deserta, alvacenta e vaga sob a escuridão cintilante da noite? Quem sabe se o inquieto e amargo ser que se chama – homem (...) não voltará outra vez a ser o Apolo délfico, resplandecente e forte, o tipo acabado da beleza eterna? Não virá a representar a flor da Vida, como a vida a flor do mundo? Não será, na realidade, o elo derradeiro, terminal, da longa cadeia da existência? O centro, o princípio e o fim do que é? O objectivo e a causa

primordial da matéria e das suas forças? O pólo de convergência dos colossais, titânicos esforços da mole prodigiosa do Cosmos? E o seu verbo, balbuciante, incompleto e tímido embora, ainda a melhor, se não a única expressão, eloquente e justa do Enigma?"¹².

3. A posição de Basílio Teles sobre o problema de Deus e acerca do problema do conhecimento reclamava, naturalmente, que o pensador, correspondendo, aliás, a um apelo intelectual muito presente no seu tempo, fosse levado a reflectir sobre as relações ou oposições entre religião e ciência, crença religiosa e conhecimento científico, tema a que dedicou o ensaio, de clara intenção política, *A questão religiosa* (1913), a exemplo do que fizera, seis anos antes, Sampaio Bruno.

Na base do confronto ou da contraposição entre religião e ciência vai encontrar o filósofo, como o fizera nos estudos sobre *O livro de Job e Prometeu agrilhoado*, os dois caracteres muito diversos do semita e do ariano, cujos expoentes mais significativos seriam, em seu entender, precisamente, os judeus e os gregos. Assim, enquanto aos primeiros se ficara a dever a concepção transcendental de uma divindade monoteísta e de uma moral absoluta, aos últimos deveria atribuir-se a concepção imanentista e a criação da ciência. Segundo o pensador, a concepção transcendental poderia resumir-se na fórmula "só o sentimento vale, tudo se resolve em sentimento", ao passo que a imanentista se sintetizaria na fórmula "só o pensamento vale, tudo se resolve em pensamento". Deste modo, para Basílio Teles, a contraposição entre religião e ciência viria a coincidir com a que opõe *sentimento* e *pensamento*, se bem que o filósofo não deixasse de reconhecer que na religião existe também labor intelectual e na ciência sugestão sentimental, os quais, no entanto, porque mínimos, não seriam decisivos, já que, na primeira, o aspecto intelectual se apresentava subordinado à intuição sentimental e, na segunda, a cooperação do sentimento, de índole meramente estética, se achava subordinada à intuição intelectual.

Dos termos em que concebia a contraposição ou a distinção entre religião e ciência concluía o pensador pela superioridade da segunda relativamente à primeira, pois que o sentimento não tem correspondência com qualquer realidade exterior nem apresenta a unidade e a generalidade subjectiva suficientes para que nele possa basear-se um sistema uniforme de cultura, uma crença inteligível ou uma filosofia popular¹³.

¹² *Estudos Históricas e Económicas*, Porto, 1901, pp. 98-100

¹³ *A Questão Religiosa*, p. 13. Cf. *Prometeu Agrilhoado*, pp. 110 e segts.

De acordo com o pensamento de Basílio Teles, o essencial da religião não estaria na hipótese de um ser transcendente, superior e exterior à Natureza, que considerava absolutamente insustentável, por inteiramente inteligível, mas na crença de que é possível realizar, por um adequado sistema de cultura, um tipo de homem ideal. Sendo, assim, de raiz essencialmente ética, a religião encontraria, então, a sua razão de ser ou a sua origem na incapacidade do homem de suportar, sozinho, o sofrimento, que o leva a procurar numa moral reconhecida a garantia para a benevolência dos outros homens ou numa divindade que, ainda que apenas idealmente, o auxiliasse na desgraça e nas provações, ou seja, de buscar uma autoridade e uma regra exteriores que lhe dêem segurança e o ajudem a suportar a dor e o mal e a encontrar justificação e lenitivo para ambos.

Mas, enquanto a religião, designadamente o cristianismo, se debatia em aguda crise, perdendo força como autoridade susceptível de ajudar activamente os crentes, para quem, cada vez mais, Deus seria uma “personagem sem função reconhecida”, cuja intervenção na vida humana ninguém invocava já a sério, a ciência encontrava-se em patente ascensão deparando-se-lhe “um futuro ilimitado”. A razão deste triunfo da ciência sobre a religião, da concepção imanentista sobre a visão transcendental, do pensamento sobre o sentimento, achava-o o solitário pensador naquilo que considerava os caracteres essenciais da própria ciência: a sua impessoalidade, o seu absoluto desinteresse, o seu irreduzível desconhecimento de qualquer intuito ou móbil mesquinho, o seu sistemático alheamento de paixões e agitações perturbadoras, a sua serenidade, a sua objectividade, a correspondência não desmentida repetidamente entre o facto e a ideia.

Assim, a religião, do mesmo passo que não resolve nem sequer é capaz de formular adequadamente o problema do Universo, assenta em postulados éticos incompletos e falíveis, pelo que o único modo de poder sobreviver seria o de renunciar às suas pretensões transcendentais, o de se confinar à sua dimensão humana, imanentizando-se, o que implicaria, então, por um lado, o reconhecimento da superioridade da ciência em tudo o que seja acessível ao pensamento e, por outro, o abandono de uma moral única, assistida de sanção transcendente, que deveria dar lugar a uma moral puramente humana, relativista, que reconhecesse a multiplicidade e a variedade dos ideais éticos, como múltiplos e variáveis são os sentimentos fundamentais que definem o carácter das diversas nações.

Por seu turno, a ciência, cujo futuro, como vimos, encarava com entusiástico optimismo, apesar das limitações que lhe reconhecia, era concebida pelo pensador como uma pura criação do espírito humano, que só admite a existência de factos e relações lógicas entre eles, que torna inteligíveis e integráveis na visão total e complexa da realidade construída pelo espírito humano. O seu objectivo consiste,

assim, em “compreender e exprimir, coordenar o que ela compreendeu e exprimiu numa representação mental sintética, verificável e adaptável a progressos ulteriores, transmissível a toda e qualquer inteligência devidamente preparada”.¹⁴

O seu postulado primeiro é o de que o Universo é inteligível e a inteligência humana a única via de acesso a esse muito ou pouco da natureza que ao homem seja dado conhecer.

Mas a ciência, se se apresenta como “o mais prodigioso e admirável esforço, a mais estupenda e sublime construção” que a inteligência humana pode fazer para compreender e exprimir “o enigma do Universo”, não conseguirá nunca ser mais do que “um esboço incompleto e rude, uma simplificação forçosamente inexacta, um desenho indeciso, incolor e fosco do quadro cósmico, repleto de luz e de vida, formidável de complicação e de grandeza, eternamente movimentado e cambiante”. Este carácter inevitavelmente imperfeito da visão que do Universo a ciência nos proporciona resulta da “invencível necessidade mental de distinguir, desarticular, separar o que, fora de nós, nas coisas da Natureza, forma um todo reunido e solidário, um conjunto absolutamente entretecido e uno”. É, igualmente, a insuperável grosseria do nosso instrumento intelectual perante a complexidade sem fim da fenomenalidade do Universo que torna inevitável o erro.¹⁵

4. Negando a existência de um ser transcendente ao mundo fenomenal cognoscível – que é, assim, identificado com a única realidade existente – o pensamento de Basílio Teles vem a consubstanciar-se numa cosmologia cujo qualificativo mais adequado parece ser o de um *monismo dinâmico*.

A realidade consiste então num Universo incriado e imperecível, único e uno na matéria que o constitui e na força que o anima, o qual, como realidade e como ideia, resulta da síntese das noções, que o pensador pretende positivas e cientificamente fundadas, de *espaço*, *matéria* e *energia*, e que de modo algum se confundem com qualquer ideia de *substância* – i.e., um conjunto de qualidades ou propriedades, com existência objectiva independente do espírito – que, como vimos, a metafísica de Basílio Teles recusa.¹⁶

O Universo ou realidade exterior é, assim, *espaço* e *matéria*, dotados ambos de dinamismo, pois a *força* ou *energia* é o seu substractum último e irreductível.

Recusando a concepção atomista clássica, a cuja análise dedicou todo um

¹⁴ *A Questão Religiosa*, p. 32

¹⁵ *Estudos Históricos e Económicos*, pp. 64-65.

¹⁶ Cfr. *Prometeu*, pp. 318-319 e 441-444; *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, 2ª ed., pp. 36-37.

volume, o pensador fará da ideia de espaço, entendida como extensão contínua e sem dimensão, a categoria primeira da sua ontocosmologia¹⁷, que a noção de *matéria*, caracterizada pela mobilidade, pela impenetrabilidade e pela inércia, completará.

Do dinamismo que preside à sua concepção resulta que os corpos são igualmente verdadeiros sistemas dinâmicos, que se encontram sempre em movimento, quer isoladamente, quer em conjunto, no quadro geral do movimento cósmico, já que a *energia* é o elemento primeiro da realidade, do qual *espaço* e *matéria* participam.¹⁸

No que respeita à noção de tempo, o pensador considerava-a pura realidade psicológica, pois que, no plano exterior e objectivo, não existem sucessões mas sim uma imensa simultaneidade, na qual tudo é presente e actual. A continuidade temporal em que se inscrevem o passado e o futuro existe apenas na subjectividade humana, como condição do conhecimento e de representação do real exterior.

No plano objectivo, só o presente existe, já que uma existência não presente equivaleria ao não-ser ou ao nada, o qual não pode ser concebido nem representado. De igual modo, no puro plano subjectivo, o passado e o futuro apenas existem enquanto presentes à consciência individual ou no domínio do inconsciente.¹⁹

Deste modo, como notou um dos seus primeiros intérpretes, no monismo do espaço do pensador portuense, “com sua evolução do material para o espiritual (oposto ao de Sampaio Bruno, em que tudo deriva do Tempo e do Espírito e a estes regressará), a Vida é como que a flor do mundo e o Homem, isto é, o Pensamento, isto é, a Subjectividade, é como que a flor da Vida, “elo derradeiro, terminal da longa carreira da existência”.²⁰

¹⁷ Cfr. Amorim de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 167 e segts.

¹⁸ *Prometeu*, pp. 351-397 e 407 e segts; *A Ciência e o Atomismo*, pp. 168 e 226.

¹⁹ *La Notion de Temps; Prometeu*, pp. 399-403.

²⁰ Amorim de Carvalho, *ob. cit.*, p. 171. Cfr. Basílio Teles, *Est. Hist. e Econ.*, p. 100.